

Uma discussão sobre políticas de acesso aberto para universidades brasileiras

Ivanilma de Oliveira Gama (CEFET/RJ) - ivanilmagama@gmail.com

Lidiane dos Santos Carvalho (Instituição - a informar) - lidiane.carvalho@unirio.br

Resumo:

Essa pesquisa propõe os elementos necessários para construção de políticas de acesso aberto em universidades brasileiras através de um debate crítico utilizando o conceito de Regime de Informação trazido por Sandra Braman e demais teóricos para análise dos Repositórios Institucionais (RIs) e discute, a partir do conceito de Política de Informação, as políticas de acesso aberto em instituições de ensino superior e pesquisa no Brasil. Como procedimento metodológico adotado tem-se o levantamento bibliográfico da literatura do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em bases de dados científicas e repositórios sobre os seguintes temas: Repositórios, Políticas, Regime e Política de Informação. Além disso, nos diretórios OpenDOAR e ROAR MAP, selecionou-se os repositórios institucionais no Brasil que compuseram o corpus empírico desse estudo. Examinou as políticas desses RIs em função das quatro características das políticas de informação. Foram realizadas entrevistas aos gestores dos repositórios a fim de compreender o processo de construção das políticas e da implantação dos seus repositórios. Conclui-se que os formuladores das políticas de acesso aberto devem seguir quatro diretrizes, a saber: Priorização da transparência informacional; reconhecer que a política institucional é fruto do diálogo entre os diversos setores da Universidade; construir um diálogo da Universidade e os setores privados; mostrar que o poder informacional tem regido as ações institucionais.

Palavras-chave: *Repositórios institucionais; Políticas de informação; Regime de informação; Universidades brasileiras.*

Eixo temático: *Eixo 4: A expansão desenfreada das tecnologias*

1 INTRODUÇÃO

A ciência, entre outras funcionalidades, se dedica a proporcionar a qualidade da vida humana. Para a concretização desse fim, a informação constrói-se como elemento constitutivo para que ela consiga progredir e promover, conseqüentemente, o avanço político, social e econômico de um País. Ao longo dos séculos, percebe-se que os avanços científicos alicerçaram mudanças significativas no processo cognitivo do conhecimento científico.

No século XX, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), mais precisamente com o surgimento da Internet e, posteriormente, da Web 2.0 viabilizaram uma mudança nos padrões de comunicação dentro da comunidade acadêmica que almejava a busca de meios que rompessem paradigmas já cristalizados dentro da Ciência que, nos meados do século XX, foram atraídos por uma lógica capitalista cujo foco passou a ser a comercialização das pesquisas ao invés de melhora no estilo de vida humana.

O modo de comunicar os resultados das pesquisas entre os pares começou a ser direcionado a uma prática liberal de interação entre pesquisador e mercado editorial. Esse foi o marco para a elevação dos custos das revistas indexadas pela *Science Citation Index* (SCI). Com o renome que o SCI passou a apresentar entre as instituições de pesquisa, as revistas indexadas por ela assumiram maior prestígio. As bibliotecas e pesquisadores começam a ter o acesso a essas publicações limitado já que estas aumentaram os seus valores motivadas pela alta procura e a valorização de seu capital intelectual perante a academia. Isso ocasionou a chamada “crise do periódico” que começou nos anos 1970.

Esse cenário incentivou que, no final dos anos 1990, eclodisse a Iniciativa de Arquivos Abertos e o Movimento de Acesso Aberto. A ideia central desse movimento parte de uma retomada à construção democrática da propagação do conhecimento científico. Para isso, retorna-se ao fundamento de que Ciência é fruto do bem comum e, assim sendo, os resultados de suas pesquisas deveriam ser acessados por todos. Diante disto, inicia-se um processo entre os países norte-americanos e europeus, majoritariamente, para a afirmação desse

movimento, culminando com a assinatura de macro-políticas que visavam unificar as práticas do grupo.

Uma das estratégias estabelecida pela BOAI é o acesso aberto verde que se realiza por meio da implantação de Repositórios Institucionais (RI) (via verde ou *Green Road*). Os RIs possibilitaram a reestruturação do fluxo informacional dentro da comunicação científica. Entretanto, o seu bom funcionamento dentro das Instituições demanda algumas questões quanto ao seu gerenciamento, uma destas é a adoção de políticas institucionais para a implantação e funcionamento dos Repositórios.

O estudo proposto tem por objetivo geral investigar quais elementos são necessários para a construção de políticas de acesso aberto tendo em vista a implantação de Repositórios nas universidades brasileiras. Buscando a compreensão dos macros - elementos (economia, cultura, formas jurídicas, entre outros) envolvidos na dinâmica social de implantação de um RI, apoiamo-nos na abordagem teórica crítica de Regime e Política Informação trazidos, principalmente, por Sandra Braman, Maria Nélide González de Gómez, Bernard Frohmann e Hamid R. Ekbia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Lynch (2003, p. 2, tradução nossa) define os repositórios institucionais como:

(...) um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão, desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição.

Relatado isso, propõe-se que Repositórios Institucionais, devido as suas funções sociais, podem ser designados como um meio informacional que regula, por meio de um meta-acordo, menos rígido e formal que um tradicional, e que objetiva vincular, por meio de normas, princípios, regras e procedimentos de tomada de decisão, as relações construídas pelos atores envolvidos, construindo

uma estabilização dos processos de lutas existentes entre estes (FROHMANN, 1995; BRAMAN, 2004; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012).

Essa pesquisa compreende que RIs vinculados a universidades brasileiras se constituem como Regime de Informação em seus macrocosmos (CARVALHO, 2014), ou seja, nas instituições os quais pertencem; conseqüentemente é necessária a regulamentação destes por meio de Políticas de Informação (BRAMAN, 2004) que visem meios transparentes, princípios organizacionais consolidados, coparticiparem setores públicos e privados em virtude do desenvolvimento da Ciência e consolidação do poder informacional como agente motivador dentro do sistema.

3 PROPOSTA METODOLÓGICA

A pesquisa partiu de uma análise bibliográfica na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação nas bases de dados, como *Web of Science*, *Scopus* e *LISA*, e em alguns repositórios através de um recorte temporal entre os anos de 2002 a 2017. Delimitou-se o *corpus* empírico de repositórios por meio dos sites OpenDOAR e ROAR MAP, selecionando 16 Repositórios Institucionais dividido entre as cinco regiões do Brasil. Para análise documental das políticas, adotou-se o método comparativo com as quatro características apresentadas no marco teórico desse estudo sobre política de informação. De modo complementar, optou-se pela aplicação de entrevistas aos gestores dos Repositórios selecionados, visando investigar o processo de construção de suas políticas. A análise dos dois métodos permitiu definir os elementos necessários a uma política de acesso aberto para universidades brasileiras.

4 RESULTADOS

Percebeu-se que 31,25% não contemplam a característica de “redes como princípios organizacionais”. Além disso, notou-se que, em apenas alguns casos, houve um tímido diálogo dos RIs e o setor privado. Em relação à transparência informacional, verificou-se que em 70% dos casos houve a preocupação com a transparência informacional, embora a formulação da política institucional de

acesso aberto tenha ocorrido após a implantação dos RIs. Em relação ao poder informacional, constatou-se que ele está presente dentro das novas práticas de acesso a informação científica (BRAMAN, 2004) e ações dentro destas instituições são direcionadas a predominância desse poder.

Os entrevistados sinalizaram que houve a atenção em sistematizar a organização em rede. Quanto às responsabilidades compartilhadas entre os setores públicos e privados na elaboração de políticas, 55% não consideram que deva haver um diálogo com o setor privado. Todos sinalizaram que as direções das universidades responderam positivamente para a implantação do RI e de suas políticas. Por fim, 60% dos entrevistados são otimistas quanto ao cumprimento da missão das suas políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação, de caráter quali-quantitativo e exploratório, visa apresentar os Repositórios Institucionais das universidades brasileiras como lugares informacionais que legitimam, por meio de um meta-acordo com aspectos próprios, e que objetiva vincular, por meio de normas, princípios, regras e procedimentos de tomada de decisão, as relações construídas pelos atores envolvidos dentro das instituições de ensino superior do Brasil, tais como docentes, discentes, técnico-administrativos, departamentos, faculdades, entre outras esferas institucionais, construindo, assim, uma estabilização dos processos de lutas existentes entre estes (FROHMANN, 1995; BRAMAN, 2004; GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012).

Arelado a isso, esta pesquisa analisou as políticas de acesso aberto dentro das universidades brasileiras a fim identificar os elementos necessários à sua construção. Tendo estas como elementos primordiais para a implantação dos RIs; por isso, se faz preciso que haja coerência institucional para que a sua implantação seja bem sucedida e, por consequência, haja mecanismos para elaborar as demais políticas de gerenciamento dos Repositórios. Para tal finalidade, utilizou-se o conceito de Política de Informação para sistematização das diretrizes para políticas institucionais de acesso aberto.

O estudo construiu um instrumento aos gestores de Repositórios Institucionais que, no primeiro momento, precisam criar meios para viabilizar os princípios de seus trabalhos dentro das instituições e também ser um método de revisão das políticas já existentes com o intuito de aprimorar os Repositórios e a difusão da Ciência no país.

REFERÊNCIAS

BRAMAN, Sandra. The emergente global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergente global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

CARVALHO, Lidiane dos Santos. **Informação e genética humana: o sequenciamento de uma cultura científica**. 2014. 238f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

EKBIA, Hamid R. Information in action: a situated view. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, Silver Spring, v. 46, issue 1, p. 1-11, 2009.

FROHMANN, Bernd. **Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory**. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta. *Proceedings...* Alberta, 1995. Disponível em: <http://www.cais-acs.ca/proceedings/1995/frohmann_1995.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly**, n. 226, Feb. 2003. Disponível em: <https://www.cni.org/publications/cliffs-pubs/institutional-repositories-infrastructure-for-scholarship>. Acesso em: 16 out. 2017.